

Euzivaldo Queiroz — 12/04/96

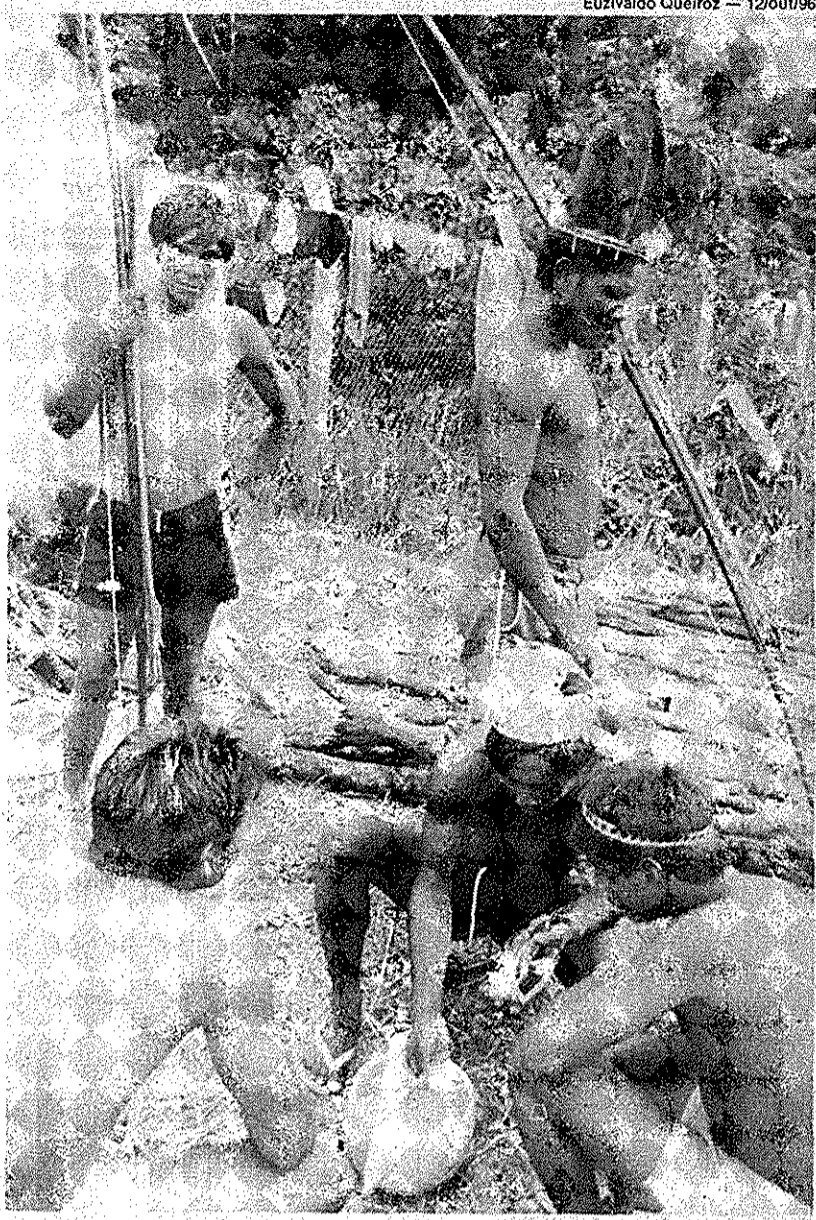
Mineradora continua sendo alvo dos uaimiris-atroaris

Índios têm processo na Justiça pedindo a retirada da Paranapanema da área da mina de cassiterita

Ana Célia Ossame

Os uaimiri-atroari já pediram três vezes, por via Judicial, a retirada da mineradora Paranapanema da reserva indígena. A ocupação das terras dos uaimiri-atroari pelas empresas Timbó e Mineração Taboca, do grupo Paranapanema, é um espinho na garganta dos índios, segundo afirma o missionário Egdio Schwade. Ele, que viveu com sua mulher e três filhos durante três anos na tribo, avaliou como importante sinal de vitalidade destes índios o fechamento da passagem da mineradora e exigência do pagamento acertado através da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A primeira iniciativa judicial, no processo de nº 3929/81, só teve resposta em 1989. Era pedida a retirada da empresa dos 38 quilômetros ocupados pela estrada. Na época, o sub-procurador geral da República Carlos Victor Muzzi, sob a justificativa de que o acordo era "visceralmente ilegal", recomendou a retirada da empresa. Houve ainda uma medida cautelar de nº 2342/85 e uma ação popular de nº 91.01.13466-3, esta citando a Funai e várias autoridades brasileiras responsáveis pela extinção da parte leste da reserva para



Os uaimiris querem evitar a interferência de outras culturas na reserva

100	1,34	2.600
milhões de dólares em investimentos estão em jogo e dependem da nova estrada, diz a Mineração Taboca	mil hectares da reserva indígena dos uaimiris foram alagados para a Hidrelétrica de Balbina funcionar	trabalhadores moram na Vila do Pitinga. No último conflito com os índios, eles ficaram isolados por terra

um programa de atração dos índios. Oficialmente, o governo agiu em 1989, contra os índios, segundo o missionário. O Decreto 97.837 excluiu do território uaimiri mais de 526 mil hectares, definindo a área em 2,5 milhões de hectares.

Inferno na floresta — "A vida dos uaimiri tem sido um inferno desde a descoberta de minério em suas terras, no início da década de 70", afirma Egdio, expulso da área pela Fundação Nacional do Índio (Funai), apesar de trabalhar na área educacional e ajudá-los a elaborar, inclusive, a primeira cartilha indígena com a sua língua. "Tiraram a mim, mas deixaram a Paranapanema", afirma.

Os uaimiri, segundo o missionário, deram um sinal característico do seu povo quando, no ano passado, empunharam flexas impedindo a passagem da Paranapanema. E ao exigirem o pagamento pela empresa de 0,5% da produção e mais outro valor em dinheiro, estão pensando no futuro. "A mineradora vai deixar um buraco sem fim na área e depois vai embora. Eles estão ali há centenas de anos e vão ter que permanecer lá mesmo depois do buraco feito", diz o missionário, para quem a ação dos índios é exemplar para os moradores de Presidente Figueiredo e do Ama-

zonas. "Eles exigiram uma migalha de todo o dinheiro ganho pela Paranapanema com os minérios. Será que não era hora de o povo amazense questionar se de fato eles tiram a quantidade de estanho que dizem os seus dados, ou seja, 6% do consumo mundial desse minério?", indaga.

O sinal de vigor da personalidade dos índios pode ser medido pelos questionamentos feitos por eles próprios durante a audiência pública realizada na última quinta-feira. José Maria Warakaxi, um dos líderes mais novos dos uaimiri-atroari dirigiu-se ao gerente da Mineração Taboca com uma pergunta que não obteve resposta. "O senhor dava aos seus filhos, água poluída para beber?". Ele não aceita o argumento da empresa de que a nova estrada vai melhorar a vida dos índios. Vai piorar mais, garante. "Essa estrada vai prejudicar a nossa caça. Não compramos nossa comida no mercado, por isso nossa terra tem que ser grande".

Mário Parwé, um dos mais velhos fez uma reflexão sobre o passado e constatou o engano por parte da Funai. "Mas hoje já estamos sabendo do que eles nos fizeram. Aquela é minha terra! Ninguém da Paranapanema nasceu aqui. Nós nascemos e vamos continuar a vida toda. Nossos filhos e netos", desabafou.

Território indígena está encolhendo

O Grupo Paranapanema não é o único pesadelo dos uaimiri-atroari. O Governo Federal, no final da década de 60, ao iniciar a BR-174, foi autor de massacres contra os índios, assim como a construção da Hidrelétrica de Balbina, pela Eletronorte, levou por água abaixo 165 mil hectares para o lago, sendo que o governo, pelo Decreto 85.898 de 14 de abril de 1981 tornou de utilidade pública nada menos que 1,34 mil hectares da reserva para implantação da Usina.

Autor do livro "Resistência Uaimiri-Atroari", publicado em 1983 contando toda a tragédia destes índios que no início do século eram 6.000 pessoas e no ano de 1982 foram reduzidos a 571, Egdio Schwade tem um arquivo com mais de 4.000 livros, documentos e reportagens sobre os uaimiri. Ele descarta todas as informações passadas à sociedade dando conta de que eles são extremamente violentos. "Eles só reagem quando são agredidos", afirma. "Os índios foram vítimas de uma campanha difamatória".

Até o ano de 1968, os índios uaimiri atroari dominavam a região dos altos rios Urubú e Uatumá, até o local onde é hoje a Cachoeira de Balbina, ao norte do Amazonas. Nas praias do Uatumá, os uaimiri assavam peixes e comiam ovos de tartaruga, diz o livro de Egdio, publicado no início da década de 80 pelo movimento de apoio às causas destes indígenas.

A presença do branco tem se constituído numa ameaça ao futuro dos uaimiri, assegura o missionário. Tem tomado as terras, afastado as caças e matando os peixes no rio. Esses dados, por só, segundo Egdio, deveriam levar a sociedade à reflexão, afinal é um povo com identidade própria e uma cultura que só não resiste à pólvora e à poluição do homem branco. (ACO)

CRONOLOGIA DOS MASSACRES

DATA	NÚMERO	RESPONSÁVEIS
1874	Vários mortos	Tenente Antônio Oliveira Horta
1875	Vários mortos	Governo do Amazonas
1878	Vários mortos	Tenente Malaquias José Netto
1905	283 mortos	Cap. Júlio Catingueira a mando do governador Constantino Nery
1928	Dois mortos a vários feridos	Empresa Penha & Cia/Bessa de Manaus
1949	72 índios mortos	Caçadores de jacaré
1956	Dois massacres com vários mortos	Oficial Pereira de Vasconcelos
1968	Vários índios mortos	Governo Federal (Funai e Bº BEC)
1973	Três massacres	Coronel João Rego Falcão, Tenente Pastana, por ordem do Governo do Amazonas
1974	Quatro massacres, um com mais de 200 mortos	Todos comandados pelo tenente Antônio Oliveira Horta

Fonte: Setor de documentação do CIMÉ

PARANAPANEMA PREOCUPADA

Estrada pode gerar investimentos

Apesar dos alertas sobre os riscos da abertura de uma nova estrada interligando a Mina de Pitinga à BR-174, o Grupo Paranapanema garante ter fortes argumentos para insistir em outra alternativa para o escoamento da cassiterita. O principal deles é a perspectiva de investimentos na produção do minério, que prometem render um saldo positivo para o País. A alternativa de escoamento reduziria os incômodos à cultura indígena, permitindo o livre acesso à mina.

A Paranapanema já teria grupos interessados em investir mais de 100 milhões de dólares nos próximos três anos - e que podem ser estendidos por mais 20 anos - na produção de estanho hoje de mais de 12 mil toneladas/ano. A Paranapanema diz que sem os investimentos, a extração de minério pode acabar nos próximos três anos. "Ninguém investirá em Pitinga se não houver confiabilidade de escoamento da produção e livre acesso da mina, hoje subjugado à vontade dos dirigentes do programa uaimiri-atroari", ressal-

ta Aroldo Garcia, gerente da Mineração Taboca.

O raciocínio do gerente da Mineração Taboca - uma das empresas do grupo - Aroldo Garcia, parte do princípio de que se hoje a mineradora causa perturbação aos índios uaimiri-atroari, no futuro este incômodo deverá ser ainda maior. A construção de uma nova estrada, para ele, seria a solução ideal para os problemas entre índios e mineradora, além de garantir os investimentos dos acionistas.

Segundo ele na execução dos levantamentos topográficos da nova estrada foram feitas picadas na mata, ao longo do trajeto da possível estrada, e exploração do trecho a ser navegado no lago de Balbina, além de sobrevôo da área, não se constatando presença de nenhum índio na área.

A estrada seria construída por fora da reserva indígena, a cerca de 8 km de distância, até chegar à BR-174. Pelo projeto, orçado em cerca de R\$ 1 milhão, são 77 km de estrada divididos em dois trechos. Um deles deverá ser cortado pelo rio Uatumá, bem próximo

à reserva biológica de mesmo nome, fato que poderá ser contestado pelo Ibama, e proibido pela legislação. Nessa área, o transporte de carga deverá ser feito através de balsas.

"Se nós não conseguirmos mais uma via de escoamento estaremos praticamente inviabilizando os outros projetos", alerta Garcia. A Mina de Pitinga, explorada pela Mineração Taboca, do Grupo Paranapanema, é uma das mais ricas províncias minerais do País, com significativas reservas de nióbio, tantal, zircônia e criolita. Este quadro contribui para que o Brasil seja um dos maiores produtores de estanho do mundo, perdendo apenas para a Malásia, com 28% da produção do minério. Dos 12% da produção brasileira, cerca de 50% são retirados da Mina de Pitinga.

Para o Amazonas e para o município de Presidente Figueiredo, onde fica localizada, a Mina de Pitinga contribui para a geração de impostos (ICMS) na ordem de aproximadamente R\$ 5 milhões. A previsão para o ano 2.000 é de que este valor seja duplicado.

Trabalhadores estão à mercê dos índios

No meio da disputa entre índios e Mineração Taboca, cerca de 2.600 pessoas vivem sob eterno suspense: são os moradores da Vila do Pitinga, construída para abrigar os trabalhadores da mina. A construção da nova estrada para eles seria, como dizem, a garantia do direito de ir e vir. A única via de acesso para a BR-174 está na estrada de 45 km construída no meio da reserva indígena dos uaimiri-atroari. Por ser uma concessão dos índios, há regras específicas para quem passar na área, incluindo uma espécie de pedágio pela passagem de cerca de 80 veículos-bau, no valor de 0,5% da

produção da mina. O tráfego só é permitido das 6h às 18h, o que é visto por alguns moradores como uma "prisão albergue". "A construção da estrada equilibraria a relação entre os moradores e os índios", defende o gerente da Mineração Taboca, Aroldo Garcia, lembrando do episódio de outubro do ano passado, quando os índios fecharam a estrada por quase um mês deixando os moradores sobressaltados quanto à alimentação.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração e Beneficiamento do Minério de Presidente Figueiredo,

Francisco Braga, é um dos defensores mais veementes da construção da nova estrada.

Em todas as discussões que envolvem a questão indígena, ele sempre pede para que os moradores e trabalhadores da Vila do Pitinga também sejam considerados cidadãos e, portanto, como comunidade.

A Vila do Pitinga conta hoje com infra-estrutura de uma pequena cidade. Dispõe de hospital, escola, supermercado, Centro Comercial, Aeroporto, Agência Bancária, Telecomunicações, Tratamento de Água e Esgoto e clubes recreativos.